



Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, durante a solenidade de posse das Diretorias da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs)

Porto Alegre-RS, 24 de julho de 2008

Senhoras e senhores,

Naturalmente todos viram que eu trouxe muito papel, mas ninguém precisa ficar triste porque eu não vou ler tudo. Fiquei encantado com esta reunião porque vi que ela foi transformada numa verdadeira reunião de trabalho. Desde o primeiro discurso, do Paulo Tigre, o do Armando Monteiro, o da Dilma Rousseff e depois o da Yeda Crusius, todos prestaram contas. É o Rio Grande do Sul. A gente vem de Minas para aprender aqui no Rio Grande do Sul. Sempre que voltamos para Minas, temos alguma coisa para contar. Uma platéia maravilhosa como esta, neste ato que poucos há no Brasil que possam se comparar a ele.

Aqui vimos uma reunião de trabalho, uma reunião em que se levou a sério todas as questões ligadas ao interesse, não só do estado, como do Brasil. Então, minha primeira palavra é de congratulações, especialmente ao Paulo Tigre, porque ele trouxe o Brasil inteiro até aqui. Aqui estão praticamente todos os estados da Federação, representados pelos presidentes das entidades coirmãs da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. De modo que é sempre bom voltar ao Rio Grande. Muita gente pensa que em Minas se faz política bem-feita. É verdade, alguns fazem, como o Juscelino, por exemplo. Mas o Rio Grande nós temos que respeitar, e os mineiros respeitam porque ainda na República Velha o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ajudou Getúlio Vargas, em 1930, a assumir



provisoriamente o governo. Os gaúchos ainda ensinam isso: assumem provisoriamente. É realmente uma coisa extraordinária.

Quero dizer a vocês que o presidente Lula ficou sabendo que eu estava vindo aqui hoje para a posse do Paulo Tigre e das Diretorias da Federação e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul. Ele me pediu que o representasse, que trouxesse o seu abraço ao Paulo Tigre e a todos que estão tomando posse hoje. Ele disse: “Eu também, José Alencar, gostaria de estar indo porque realmente, quando se está no Rio Grande, a gente tem oportunidade de ver o Brasil todo numa ocasião como essa”. Parece que ele estava adivinhando: o Brasil todo está aqui.

Meus amigos, quero cumprimentar todas as excelentíssimas autoridades aqui presentes, nas pessoas do nosso presidente Paulo Tigre; da governadora Yeda Crusius; da ministra Dilma Rousseff; do ilustre deputado federal e presidente da CNI, Armando Monteiro; do ministro José Fogaça; do representante do poder legislativo do estado, deputado Mano Changes; do excelentíssimo senhor desembargador, Francisco José Moesch, ilustre representante do Tribunal de Justiça do estado. Gostaria de cumprimentar todos na pessoa dessas autoridades que acabei de nominar, dizendo que minha saudação também se estende a todos os presidentes de Federação das Indústrias aqui presentes, aos parlamentares que prestigiam esta reunião – deputados federais, deputados estaduais, vereadores –, aos representantes da imprensa.

É uma coisa admirável o que vimos aqui hoje. Eu tive a oportunidade de dar uma passada pela Olimpíada do Conhecimento, e fiquei realmente encantado com tudo. Eu fui presidente da Federação das Indústrias em Minas, mas naquele tempo ainda predominava o torneio mecânico. Hoje nós vimos o torneio eletrônico. Vimos também trabalhos realizados por deficientes físicos.

O espírito social do Senai e do Sesi estava presente naquela visita que fizemos, e com que entusiasmo aquelas pessoas estão ali demonstrando o



trabalho que realizam, realmente são entidades que trazem serviços relevantes. Mais uma vez, temos que homenagear o Rio Grande, porque o Senai foi criado em 1942, por Getúlio Vargas. Getúlio queria industrializar o Brasil. Fez a CSN, que é a Companhia Siderúrgica Nacional, e fez o Senai para a formação de mão-de-obra. Naquela época também fez a Vale do Rio Doce, assim como a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, que predomina até hoje. Antes da Consolidação, ele já tinha feito leis trabalhistas importantes, que foram então consolidadas.

Depois voltou e fez nada menos que o BNDE, em 1952, e a Petrobras, em 1954. Fez a Petrobras num momento em que nós, brasileiros, nos deparávamos com o relatório de um cidadão, técnico internacional, me parece que de origem americana, que disse que no Brasil não havia petróleo. Nós estamos aqui numa reunião de classes produtoras, mas temos que reconhecer que, em determinados momentos da história do Brasil, o Estado foi providencial.

Nós, agora, estamos vendo um acontecimento novo no mundo, do ponto de vista político, que é o desenvolvimento da China nos últimos 20 anos. Isso aconteceu com a criação de um novo regime na China. Depois da Revolução de 1948-1949, de Mao Tsé-tung – a Revolução Comunista –, ele mesmo aprofundou o Comunismo com a Revolução Cultural de 1966. Depois, ele se foi.

Deng Xiaoping, grande líder, com uma metáfora, fez um novo regime. Disse ele: “Não importa a cor do gato, o que importa é que ele cace o rato”. Os cientistas políticos do mundo inteiro traduzem essa frase, essa metáfora como: não importa a coloração ideológica, o que importa é o bem comum. Por que Deng Xiaoping disse isso? Porque ele viu que a China não sairia das dificuldades se continuasse teimando naquele regime implantado pela Revolução de 1948 e aprofundado pela Revolução Cultural de 1966. Por quê? Eles aprenderam a condenar o lucro quando, ao contrário, eles deveriam ter



aprendido a comemorar, a aplaudir o lucro. Imediatamente após essa metáfora de Deng Xiaoping, ele pronunciou uma frase que também fortaleceu o seu intuito. Disse ele... Vou repetir: “Não importa a cor do gato, o que importa é que ele cace o rato”. E disse: “O enriquecimento é a glória”. É claro que ele se referia ao enriquecimento nacional de seu país. Mas o que é o enriquecimento nacional, por exemplo, do Brasil? Advirá – como está chegando – como nunca, no governo Lula. O que é esse enriquecimento? É o enriquecimento da economia. E o que é a economia? A economia tem quatro componentes básicos: o setor primário, o setor secundário, o setor terciário e a infraestrutura. Aí está a economia de qualquer país.

Como se representam esses componentes da economia? São representados por empresas do setor primário (agricultura, mineração, pecuária), do setor secundário (indústrias, de um modo geral), do setor terciário (comércio, serviços) e pela infra-estrutura (transporte, energia). Essas empresas precisam ser prósperas, fortes e independentes. Por quê? Porque elas são frações da economia. Há frações gigantescas em estatais, como a Petrobras, e há frações minúsculas, como na pastelaria da esquina, mas todas são frações da economia. Se nós queremos uma economia próspera, forte e independente para alcançar os objetivos sociais, é preciso que suas frações também o sejam.

É isso o que Deng Xiaoping quis dizer com “o enriquecimento é a glória”. Eles, todavia, não abriram mão das instalações e dos investimentos eminentemente estratégicos – “disso o Estado toma conta para que não falte”–, mas estimularam o desenvolvimento da economia, através da iniciativa privada daquele país e também de outros países que investem, que são muitos. Há um problema político entre Taiwan e China, mas Taiwan investe muito na China, porque não importa a cor do gato.

Ele fez a Perestroika e não fez a Glasnost, enquanto que o Gorbachev publicou um livro que é histórico – do século passado – não pelo valor literário,



mas pelo que ele representa em termos de mudanças na história da Humanidade. Por quê? Porque ele revelou o fracasso de uma experiência de 70 anos de um regime iniciado em 1917, naquele país. E o que aconteceu? Desintegrou-se o país. Por quê? Porque, em vez de fazer a Perestroika – a reestruturação da economia –, ele fez a Glasnost antes – a abertura política. O Deng Xiaoping não caiu nessa. A abertura está acontecendo, lenta e gradualmente. Eu estou falando da China porque nós temos que ter presente o que acontece no mundo.

O Brasil é um dos países de maior potencial. Agora, nós temos que aprender uma coisa simples e lógica, e é em uma ocasião destas que nós temos que revelar isso, que é, de certa forma, uma tese: a empresa – minúscula, pequena, média, grande, gigantesca, estatal ou privada – é um bem da comunidade. O verdadeiro empresário vive muito mais para a empresa do que dela. Ele se realiza com o sucesso dela, que é o sucesso de uma fração da economia do país a que ela pertence.

Meus amigos, eu trouxe um discurso escrito a várias mãos, com o maior cuidado, mas eu fiquei tão encantado com o que ouvi, que não poderia deixar de trazer algumas referências ligadas ao que penso. Como vocês sabem, a minha origem é empresarial privada, a minha vida toda. Ingressei na política tentando levar alguma contribuição oriunda da minha experiência, levada a efeito no setor privado. Então, eu acredito muito, e há muitos anos, numa entidade da seriedade da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Eu aprendi a admirar a Federação no tempo em que era presidente da Federação das Indústrias em Minas Gerais, porque a Federação do Rio Grande do Sul é um exemplo. Cada vez que se vem aqui, a gente fortalece aquele sentimento em relação a esta entidade.

A ministra Dilma ia dizer umas coisas a vocês, e não disse – mas precisava ter dito –, a respeito de segurança alimentar, de segurança energética, e também do Rio Grande do Sul como celeiro do Brasil. O Rio



Grande do Sul se insere no país que é celeiro do mundo. O mundo inteiro hoje espera que o Brasil faça crescer mais a sua produção agrícola. É aquela história... Eu não ia falar da questão de taxa de juros, mesmo porque eu estou na Presidência hoje, e nem sei se devo. Então não vou falar de juros, vou falar de custo de capital.

Realmente existem coisas que nós não podemos entender. Estamos aqui numa casa representativa das classes produtoras do Rio Grande do Sul, então, graças a Deus, podemos falar de cabeça erguida e livremente. Nós não estamos praticando uma política monetária capaz de aplaudir esse crescimento da produção agrícola no Brasil. Não estou falando de agricultura, porque é uma atividade mais difícil e, provavelmente, mais nobre do que a nossa – ainda que a nossa também seja muito nobre –, mas é o sacrifício da agricultura, que fica à mercê das intempéries.

Não há taxa de juros alta capaz de conter elevação de preços de *commodities*, porque isso é influência do mercado internacional. De certa forma, a médio e a longo prazo, as taxas de juros altas acabam significando fator de mais inflação. Por quê? Porque ao praticar uma taxa elevada de juros, nós estamos inibindo investimentos. É óbvio. As taxas de juros como instrumento de combate à inflação começam por inibir investimentos e consumo. Nós não podemos inibir investimentos. O Lula e eu, na campanha, desde 2002, falávamos: “vamos perder o medo de sermos felizes”. Perder o medo de ser feliz é perder o medo de crescer. Vamos fazer crescer a nossa produção. Nenhuma taxa de juros alta será instrumento para conter o preço do petróleo. Esses aumentos de custo que estamos vendo hoje advêm de preços de *commodities*, de energia através do petróleo e também de produtos agrícolas. Eu digo aqui, e vocês poderão ficar meio sentidos comigo ou na dúvida: graças a Deus, os preços das *commodities* agrícolas nos têm salvo desse câmbio louco que temos, porque não teríamos condições de exportar nada, nem sei o que teria acontecido com a nossa capacidade.



Eu tenho me batido muito nisso. Nessas entrevistas que a gente dá – às vezes sai de uma solenidade, tem muitos jornalistas – uma menina falou: “Mas então por que não muda isso?” Um belo dia, eu falei: eu acho que nós fizemos um pacto com o diabo. Aí a menina falou: “Quem é o diabo, quem é o diabo?”, com o microfone na minha boca. Eu falei: minha filha, o diabo é uma figura sobrenatural. Se eu soubesse quem é o diabo, eu já estaria morto há muito tempo.

A verdade é que nós estamos... Apesar de tudo isso, nós temos que reconhecer que nunca houve, no Brasil, uma fase como a que estamos vivendo. A responsabilidade com que o presidente Lula trata a coisa pública é, realmente, admirável sob todos os aspectos. Por exemplo, tem grandes nomes da economia brasileira com quem ele conversa, e a imprensa publica. Agora, a responsabilidade de decisão é dele. Ele conversa comigo também, eu faço todas essas encrencas que estou falando aqui com ele, e ele ouve. Ele gosta de mim, ele me ouve. Só que ele olha para o meu peito e não vê pendurado no pescoço um diploma de economista. Ele fala: “tudo bem, mas o Alencar não entende bem disso. Ele não é economista”. E ele tem razão. A responsabilidade é dele, e ele não pode transferi-la para ninguém. Ele sabe que se houver inflação no Brasil vai prejudicar justamente o menos favorecido, aquele que tem renda fixa e baixa. Então, não pode haver inflação. É um fato.

Isso não significa que haja necessidade dessas taxas de juros vigentes, somente no Brasil, para conter a inflação, mesmo porque nós ainda somos um país de subconsumo, ainda que tenhamos trazido uma multidão... são milhões de brasileiros que ingressaram numa vida menos cruel, porque já podem consumir alguma coisa. Mas, mesmo assim, há pelo menos um terço da nossa população que ainda consome – nem sempre pode consumir –, às vezes, o essencial. Então, nós somos ainda um país de subconsumo, e não se pode achatar o consumo de quem não consome. É inócua uma taxa de juros para combater, para inibir o consumo.



Numa ocasião como esta, a gente tem que ter a liberdade de discutir essas coisas. Este calhamaço de papel é o seguinte: aqui tem muita coisa que a Dilma ia falar, que são importantes, e me pediu até que a lembrasse. Mas isso é dela. É uma coisa formidável... Por exemplo, o biodiesel no Rio Grande do Sul: capacidade de produção instalada, 532 mil metros cúbicos por ano, o que representa 19% da capacidade nacional; produção de biodiesel, em 2007, 43 mil metros cúbicos, ou 11% da produção nacional; em 2008, de janeiro a junho, 95 mil metros cúbicos, ou 23% da produção nacional; participação da agricultura familiar – fonte: MDA. O Ministério do Desenvolvimento Agrário é de propriedades pequenas, não é, Dilma? Agricultura familiar: 25 mil famílias, 77% da agricultura familiar do País. Só aqui no Rio Grande, 25 mil famílias. Depois vem fornecedor de equipamentos para a indústria de biodiesel, também aqui no Rio Grande. A Intecnial, em Erechim, Rio Grande do Sul, fornece soluções completas em regime *turn key* para plantas de biodiesel, em parceria com a Crown Iron Works, empresa norte-americana líder na engenharia de processamento de sementes e óleos vegetais. Aqui tem até um comercial, tem que receber por isso aqui.

É uma coisa formidável. Tem muita coisa que ela poderia ter trazido para informar a vocês. Uma coisa que eu posso dizer, para concluir... Não vou ler o discurso que eu trouxe, ainda que devesse lê-lo porque é curto, e tem umas coisas aqui que eu não falei. Vou ler um pedacinho.

É com grande satisfação que participo da solenidade de posse da nova Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, presidida por este ilustre e eminente amigo, doutor Paulo Tigre. Alegro-me em reencontrar muitos e bons companheiros nesta cidade, mas estou aqui também pela profunda admiração que tenho pelos objetivos e pelo trabalho da Fiergs em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do País. Saúdo os industriais gaúchos e cumprimento todos os integrantes da Diretoria ora empossada. Ao ilustre presidente, doutor Paulo Tigre, trago o meu abraço de



congratulações e votos de êxito em mais uma gestão à frente desta prestigiosa Federação.

Ao longo de sua trajetória, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul tem se empenhado em promover o crescimento do estado por meio do desenvolvimento da indústria, incentivando conceitos de dinamismo e competência para a ampliação dos negócios e a geração de renda. Mas esse não pode ser um trabalho isolado, por mais meritório que seja. Indústria, governo e sociedade devem somar esforços para promover iniciativas que ampliem as perspectivas de expansão do setor, incentivando o aprimoramento tecnológico, a busca da sustentabilidade, a geração de oportunidades de negócios e de investimentos, e a qualificação profissional, de modo a elevar ao máximo o potencial competitivo das indústrias de todos os segmentos e de todas as dimensões.

O industrial é um elemento ativo da sociedade e essencial ao sistema econômico. Como elo entre a natureza – com os seus variados recursos – e o mercado, gera riquezas que contribuem para elevar o padrão de vida da população. Aqui foram ditas umas informações trazidas pela minha querida amiga e ilustre governadora Yeda Crusius. Ela trouxe informações sobre alguma desoneração. Uma das coisas também, Governadora, que nós temos feito, por orientação direta do presidente Lula, são várias desonerações. Eu não tenho números aqui, mas é coisa de 30 bilhões de reais o que nós já reduzimos.

É claro que nós todos somos contra essa carga tributária, mas ela não subiu no nosso governo. Quando nós chegamos, ela estava em 37% do PIB. No início do governo passado, em 1995, a carga tributária era de coisa parecida com 27% do PIB. No final do governo anterior... Portanto, ela subiu 33%. Ela subiu de 27% para 36,8%, quase 37%. Nós chegamos até a reduzi-la um pouco. Mas ela gira em torno disso que está aí, ela não subiu no nosso período. O que é a carga tributária? É toda a arrecadação sobre o PIB. Como o



PIB subiu, o volume de impostos cresceu, mas não significa crescimento da carga tributária. Esse é um fato.

Nós precisamos da reforma tributária. Por quê? Porque o sistema tributário nacional se transformou num verdadeiro cipoal burocrático que entrava o desenvolvimento. Nós temos, por exemplo, coisa de 5 ou 6 impostos indiretos. Indiretos, porque quem arca com esses impostos são os consumidores, todos são impostos de consumo. Há muitos países que só têm um imposto de consumo. Nós temos vários impostos de consumo, como o ICMS, o IPI, o PIS, o Cofins, tudo isso é imposto de consumo. É um imposto que é indireto porque não é a empresa que paga. A empresa arrecada, mas quem paga é o consumidor. Isso é um entrave burocrático brutal que há no sistema tributário brasileiro.

O Imposto de Renda é assim mesmo em toda parte: tem Imposto de Renda pessoa física e Imposto de Renda pessoa jurídica, e paga pela renda. Isso aí não está errado, está correto. A nossa alíquota não é das maiores do mundo. Ao contrário, é até menor. Não é grande, não é um imposto pesado porque é cobrado da renda. Mas o sistema tributário nacional, no que diz respeito aos impostos indiretos, tem que mudar. O ideal seria um só. Não pode. Por quê? Porque há, por exemplo, a questão federativa. O presidente Lula, desde o início do seu governo, me pediu que eu participasse: “Vamos fazer a reforma tributária, vamos trabalhar na reforma tributária”.

Pois bem, foi feito o projeto na Casa Civil pela ministra Dilma e por seu antecessor. Esse projeto, especialmente no Ministério da Fazenda, foi objeto de discussão no Confaz. O que é o Confaz? É o Conselho Fazendário. Quem participa são os secretários de Estado da Fazenda de todos os estados da Federação. Então, isso é difícil porque cada estado tem suas características próprias. O ideal seria um imposto só, com um percentual da União, um percentual do estado e um percentual do município. Hoje, com o sistema informatizado, é a coisa mais fácil que tem. Ao recolher, já está aquela divisão



pronta.

Mas isso demora um pouco mais. É aquela história: a gente gostaria que as reformas fossem como a gente imagina, mas elas são como podem ser, e assim nós estamos trabalhando. Mas pode estar certa, governadora Yeda Crusius, que o presidente Lula está preocupado com isso e deseja fazer essa reforma tributária de forma a atender aos objetivos nacionais.

Tem um restinho de nada aqui, que eu vou ler para vocês. Eu estava falando do Rio Grande do Sul. Assim tem se conduzido o industrial gaúcho. É um empreendedor arrojado e corajoso, que detecta oportunidades, toma iniciativas e busca fatores de produção para fazer do seu ramo de atividade um sucesso que renda benefícios para o seu município, a sua região, o seu estado e para o País como um todo. De fato, a atividade industrial está diretamente vinculada ao crescimento da região onde atua, e dá efetiva contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do País ao promover a geração de negócios e a ampliação do mercado de trabalho. É isso que os industriais do Rio Grande do Sul demonstram fazer, com sobra de méritos.

Senhoras e senhores,

Presidente Paulo Tigre, bom trabalho. Auguro que essa sua nova gestão seja um marco no desempenho da valorosa Fiergs, que tem contribuído muito para o fortalecimento da indústria, dando-lhe visibilidade e competitividade no mercado nacional e internacional.

Caro Presidente,

Você está de parabéns por sua recondução à presidência da Fiergs. Esta instituição é motivo de aplauso, de respeito, de admiração e de orgulho de todos os brasileiros. Estou seguro de que sua ampla experiência será fator decisivo para que a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul continue alcançando plenamente seus objetivos. Manifesto-lhe minha confiança de que nesse período de gestão na presidência da Fiergs, a atividade industrial será ainda mais fortalecida e continuará prestando, como até aqui, valiosa



contribuição ao processo de desenvolvimento económico e social do País.

Muito obrigado.

(22A)